



# #MROSC

MARCO REGULATÓRIO  
DAS ORGANIZAÇÕES  
DA SOCIEDADE CIVIL  
**LEI 13.019/2014**



## Nova relação de parceria das OSCs com o Estado: Fomento e de Colaboração

(Lei 13.019, de 31 julho de 2014,  
com as alterações do PLV 21/2015)

# Agenda #MROSC

---

Aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado.

**Segurança  
jurídica**

**Valorização  
das OSCs**

**Transparência  
na aplicação  
dos recursos**

**Efetividade  
nas  
parcerias**



### Carta às Organizações da Sociedade Civil

#### Minhas amigas e meus amigos,

Recebi o documento "Plataforma por um novo marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil", assinado por um grande número de instituições, fóruns, redes e grupos organizados da Sociedade Civil.

Manifesto minha satisfação diante da oportunidade de tratarmos de questão tão importante para a sociedade brasileira, numa perspectiva de aprofundamento das relações e da criação de condições mais adequadas para as parcerias imprescindíveis junto às três esferas de governo, o que requer o correspondente fortalecimento institucional e político das organizações da sociedade civil.

O compromisso com a democracia implica no estabelecimento de relações entre o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada pautadas no respeito à autonomia, na liberdade de expressão e organização da sociedade, na transparência, na probidade e integridade no tratamento do interesse público.

Também há que se reconhecer como este governo fez diferente no sentido da superação da cultura e da convivência clientelista, pautando-se por uma relação democrática, respeitosa e transparente com as organizações da sociedade civil, compreendendo seu papel fundamental na construção, gestão, execução e controle social das políticas públicas.

Tivemos a oportunidade de encontrar, no nosso governo, muitos parceiros em cada canto do Brasil, que se dispuseram a realizar, conjuntamente, ações e objetivos assegurando dignidade, acesso aos direitos e necessidades fundamentais da população em áreas como segurança alimentar e nutricional, geração de renda e inclusão produtiva, entre outras.

Alcançamos um lugar qualificado, compreendendo o papel do Estado como garantidor e alicerçador dos direitos de cidadania, nos termos da nossa Constituição, acolhendo as iniciativas da sociedade e seu papel, sobretudo, no fortalecimento da democracia, na defesa de direitos e do controle social.

A "Plataforma por um novo marco regulatório para as Organizações da Sociedade Civil", que li atentamente, nos propõe uma relação jurídica mais adequada entre o Estado e as OSCs, reconhecendo que, para cumprirem suas funções, as entidades devem ser fortalecidas sem que isso signifique reduzir a responsabilidade governamental, em um ambiente regulatório estável e sadio.

Compartilho com vocês este mesmo entendimento e afirmo a disposição de, no nosso governo, aprofundar e estreitar as relações em torno de compromissos e projetos, balizados em políticas públicas que considerem as experiências e as realidades regionais.

Nesse sentido, assumo o compromisso, se tiver a honra de ser eleita Presidente, de constituir um Grupo de Trabalho, composto por representações das OSCs e do governo, que possam expressar a diversidade de temas e interesses na esfera pública, sob liderança da Secretaria Geral da Presidência da República, com o objetivo de elaborar, com a maior brevidade possível, no prazo máximo de um ano, uma proposta de legislação que atenda de forma ampla e responsável, as necessidades de aperfeiçoamento que se impõem, para seguirmos avançando em consonância com o projeto de desenvolvimento para o Brasil, o combate à desigualdade social e o interesse público.

Um grande abraço, da amiga e companheira,

Dilma Rousseff

Para mais informações sobre o programa de governo entre em contato: [programagoverno@dilma13.com.br](mailto:programagoverno@dilma13.com.br)

COPIA DA CARTA DE COMPROMISSO - "PLATAFORMA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL"

BRASIL 2010 - GOVERNO FEDERAL - SECRETARIA DE GOVERNO - SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO PÚBLICO



### Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)

Instituído pelo Decreto no. 7.568/2011 com a finalidade de *avaliar, rever e propor aperfeiçoamentos na legislação federal que rege a parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil.*



### I Seminário Internacional do MROSC

Promoveu a discussão sobre o arcabouço legal e levantou desafios e propostas sobre o tema. A produção foi reunida em um **Plano de Ação** com 50 propostas orientadoras para o GTI, divididos nos eixos:

**CONTRATUALIZAÇÃO**

**SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA**  
**CERTIFICAÇÃO**

# Construção democrática e participativa

- **Grupo de Trabalho Interministerial** (Novembro de 2011 a junho de 2012):

ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	
	Titulares	Suplentes
1.Secretaria-Geral da Presidência da República	1.ABONG	8.Instituto Ethos
2.Casa Civil da Presidência da República	2.GIFE	9.APEMA
3.Controladoria-Geral da União	3.CLAIR-BRASIL	10.Cáritas Brasileira
4.Advocacia-Geral da União	4.CEBRAF	11.Visão Mundial
5.Ministério da Justiça	5.Fundação Esqueleto Brasil	12.INESC
6.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	6.UNICAFES	13.ISA
7.Ministério da Fazenda	7.CONCRAB	14.FENAPAE

- **Reuniões bilaterais** com Ministérios de atuação finalística, oitiva de especialistas
- **250 gestores públicos** foram ouvidos e contribuíram com a proposta
- **Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSCs**



+ 50 mil  
OSCs

[www.plataformaosc.org.br](http://www.plataformaosc.org.br)

As contribuições subsidiaram o Congresso Nacional na elaboração de projetos de lei sobre o tema

Secretaria de Governo da  
Presidência da República

# Diagnóstico de insegurança

## Insegurança jurídica

- Ausência de lei específica
- Interpretações distintas
- Analogias indevidas com entes federados
- Pouca ênfase no controle de resultados
- Estoque de prestação de contas



### Solução

**Agenda normativa**

## Insegurança institucional

- Ausência de dados sistematizados
- Pouca capacitação
- Planejamento insuficiente
- Dificuldade de adaptação às normas e ao sistema (Siconv)



### Solução

**Agenda de conhecimento**

# Diagnóstico: remuneração da equipe de trabalho

## Tratamento pelos Ministérios

Base: Comandos normativos e orientações de 38 Ministérios e 5 estatais de 2008 a 2012.

### Predomina omissão e contradição

Instrumento	Omissão	Proíbe	Permite
Ato Normativo	15	1	3
Editais	41	10	9
Orientações	3	1	2
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

### Equipe Própria

### Predomina omissão e proibição

Instrumento	Omissão	Proíbe	Permite
Ato Normativo	19	0	0
Editais	47	13	0
Orientações	6	0	0
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>13</b>	<b>0</b>

### Dirigentes

### Predomina omissão e permissão

Instrumento	Omissão	Proíbe	Permite
Ato Normativo	15	0	4
Editais	42	0	18
Orientações	3	0	3
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>25</b>

### Contratação de Terceiros

## Agenda Normativa

Contratualização

Sustentabilidade

Certificação

## Agenda de Conhecimento

Capacitação e Formação

Comunicação e Disseminação

Estudos e Pesquisas



# Avanços na dimensão normativa

## Contratualização

### ✓ Aperfeiçoamentos na LDO

#### ✓ Decreto 8.244/2014

Aperfeiçoamento de prestação de contas; regulação do pagamento da equipe de trabalho; e inclusão da SG e SRI na Comissão Gestora do Siconv

#### ✓ Lei 13.019/2014

Novo regime jurídico para as parcerias - fomento e colaboração - em substituição aos convênios

✓ Consultas Públicas para a construção do decreto seguindo metodologia de regulamentação colaborativa da lei 13.019/2014

✓ Medidas Provisórias 658/2014 e 684/2015 Novo prazo de entrada em vigor e novas regras com foco no controle de resultados e harmonização com políticas setoriais

✓ Audiências Públicas no Poder Legislativo para a construção da lei 13.019/2014 e tramitação das MPs 658/2014 e 684/2015

## Sustentabilidade

### ✓ Simples Social (PLC 125/2015)

Discussão no âmbito de GT do Programa Bem Mais Simples. PLC 125/2015 com inclusão da extensão dos benefícios do Simples Nacional para as OSCs aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2015 e em tramitação no Senado Federal.

### ✓ Universalização de Benefícios

Discussão no âmbito de GT do Programa Bem Mais Simples. PLV 21/2015 estendeu os benefícios de autorização para rifa/sorteios, recebimento de mercadoria apreendida pela Receita e dedução fiscal de doação de empresa - para um conjunto de entidades cujas regras de transparência deverão ser disciplinadas em regulamento.

### ✓ PL 4643/2012 (Fundos Patrimoniais e Doações de Indivíduos)

Proposta de criação de Fundos Patrimoniais Vinculados apresentada pela sociedade civil e de incentivo fiscal para doação de pessoas físicas às OSCs em substitutivo do Dep Paulo Teixeira (PT/SP).

## Certificação

### ✓ Lei 12.868/2013 (Cebas)

Revisão e aprimoramento da Lei de Certificação (Cebas na área de Saúde, Educação e Assistência Social). Alteração nos prazos de validade e renovação; e autorização expressa de remuneração de dirigentes sem a perda de benefícios fiscais

### ✓ Decreto 8.242/2014 (Cebas)

Regulamentou a lei do Cebas em relação às alterações acima elencadas.

### ✓ Lei 9.790/1999 (Oscip)

Exige três anos de existência prévia para a qualificação (Lei 13.019/14). PLV 21/2015 admitiu servidores na diretoria e trouxe nova hipótese de qualificação.

### ✓ Lei 91/1935 (UPF)

PLV 21/2015 promoveu a revogação da utilidade pública federal que data de 1935 (Lei nº 91/35), resguardando os benefícios que foram incorporados ao título.

### ✓ Lei 13.151/2015

PLV 21/2015 ampliou a permissão da remuneração de dirigentes de fundações, associações assistenciais sem a perda de benefícios fiscais para as OSCs em geral.

# Avanços na dimensão do conhecimento

## Capacitação

### ✓ Eventos sobre “Desafios e oportunidades da Lei de Fomento e de Colaboração (Lei 13.019/2014)?”

Participação em encontros promovidos por diversos atores

### ✓ #Rede SICONV

Cursos, palestras e oficinas de aprimoramento do sistema em parceria com o MPOG

### ✓ Curso “Gestão de Parcerias com OSCs”

Apresentação de matriz curricular com temas sobre as parcerias entre OSCs e Estado a ser desenvolvida por escolas de governo, universidades e Oscs de forma adaptada. 1º. e 2º. turmas de curso piloto na Enap em agosto e outubro de 2015.

### ✓ Produtos editoriais

Edição de cartilha didática e publicação institucional que constituirá texto de referência sobre a agenda.

### ✓ Maratona Hacker das OSCs –

Maratona com hackers sobre bases de dados do governo federal para construção de projetos e aplicativos que valorizem as oscs

## Pesquisa

### ✓ Atualização da Fasfil 2012 -

Pesquisa realizada pelo IBGE, IPEA, GIFE e ABONG sobre as fundações e associações

### ✓ “Organizações da Sociedade Civil e Parcerias com o Governo Federal” -

Pesquisa sobre as parcerias com OSCs a partir de dados extraídos do Siconv e de outras bases, realizada com a FGV, cujos resultados foram apresentados georreferenciados no **Mapa das OSCs** que será coordenado pelo IPEA e PNUD

### ✓ Pensando o Direito em parceria com a SAL do MJ.

Pesquisa realizada pelo NEATS/PUC/SP sobre *Modernização do Sistema de Convênios da Administração Pública com a Sociedade Civil*, em 2012 e pelo CPJA/FD/FGV sobre *Tributação das Organizações da Sociedade Civil: condições de possibilidade para um Simples Social*, 2014.

### ✓ Estímulo a Pesquisas – rede “Pensando as OSCs” –

Articulação com núcleos de estudos e centros de pesquisas existentes e produção de catálogo nacional

## Disseminação

### ✓ I e II Seminário Internacional do MROSC

Debates sobre temas referentes a agenda que geraram consensos e engajamento necessários

### ✓ I e II Diálogos Intersectoriais do MROSC

para elaboração de propostas e diálogos com atores interessados sobre financiamento e indicadores

### ✓ Feira ONGBRASIL 2012 e 2013

Participação do governo federal aproximando delegação de servidores das OSCs, com tiraduidas, seminários e cursos

### ✓ Cenários Sociedade Civil 2023

Construção de quatro cenários – amarelinha, o mestre mandou, ciranda e passa anel - que descrevem o que poderia acontecer no futuro a partir do olhar de hoje sobre a sociedade civil organizada no Brasil.

### ✓ Comunicação colaborativa

Seção específica no site da SG/PR; Comunidade OSC no Participa.br; página do MROSC Facebook; Flickr e Youtube

# A tramitação da Lei 13.019/2014 no Congresso Nacional



**CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**



**PL 3877/2004 (PLS 07/2003)**

**PLS 649/2011**

**Autor: 1ª CPI das ONGs**  
(PLS 07/2003)

**Autor:** Sen. Aloysio Nunes  
(PSDB/SP) - resultado final da  
**2ª CPI das ONGs**

***2011 a 2012 - GT MROSC interministerial com participação das OSCs**  
(Decreto 7.568/11) – subsídios auxiliaram debates no Congresso Nacional*

**Substitutivo:** Eduardo Barbosa  
(PSDB/MG) aprovado na CSSF em  
05/12/2012

**Substitutivo:** Rodrigo Rollemberg  
(PSB/DF) aprovado na CMA  
08/10/2013 e na CCJ em dez/2013

**PL 7168/2014 (apenso ao  
3877/2004) foi aprovado no  
Plenário da Câmara dos  
Deputados em 2/7/2014.**



**Lei 13.019/2014**

# Regulamentação da Lei 13.019/14

Publicação da Lei  
no D.O.U

1º de agosto de 2014



13 de setembro a 1º de  
outubro de 2014



**MP nº 658/2014 –**  
prorrogação da vigência

29 de outubro de 2014

Regulamentação Colaborativa



**MP nº 684/2015 –**  
prorrogação da vigência

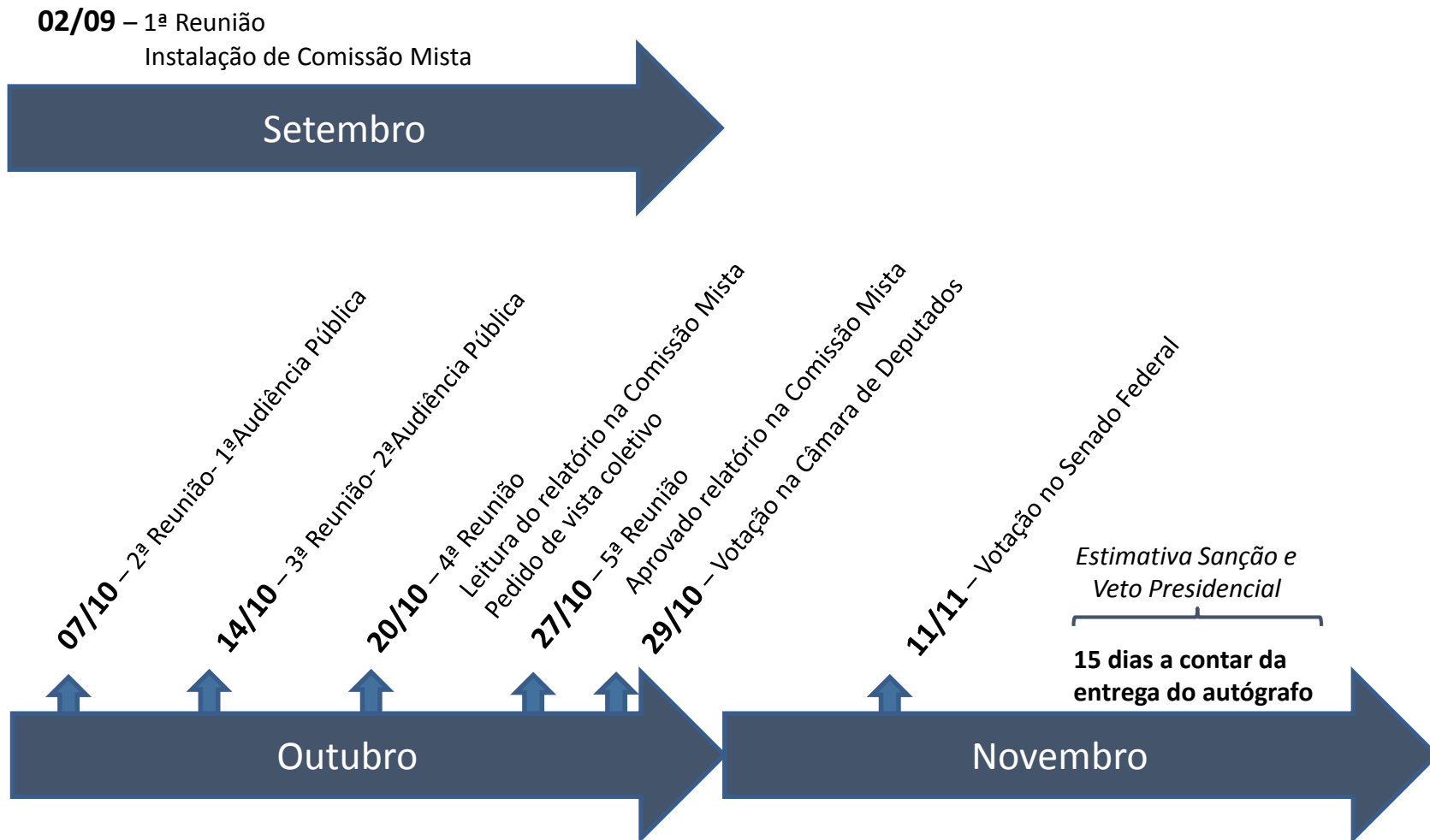
22 de julho de 2015



11 de novembro de 2015

8 a 24 de maio de 2015

# Tramitação da MP 684/2015



# Entrada em vigor da Lei 13.019/14

The graphic is divided into several sections. At the top, a horizontal banner features a background of colorful, overlapping speech bubbles. On the left side of this banner, a purple speech bubble contains the hashtag **#MROSC**. Below the banner is a large white cloud shape with a black outline, set against a purple background with radiating lines. Inside the cloud, the text **MROSC** is written in red, followed by **TEM NOVA DATA PARA ENTRAR EM VIGOR!** in black. At the bottom, there are four dark purple rectangular boxes arranged in a 2x2 grid. The top row contains the text **União, Estados e DF** on the left and **Municípios** on the right. The bottom row contains the text **23 de janeiro de 2016** on the left and **01 de janeiro de 2017** on the right.

**#MROSC**

**MROSC** TEM NOVA DATA  
PARA ENTRAR EM VIGOR!

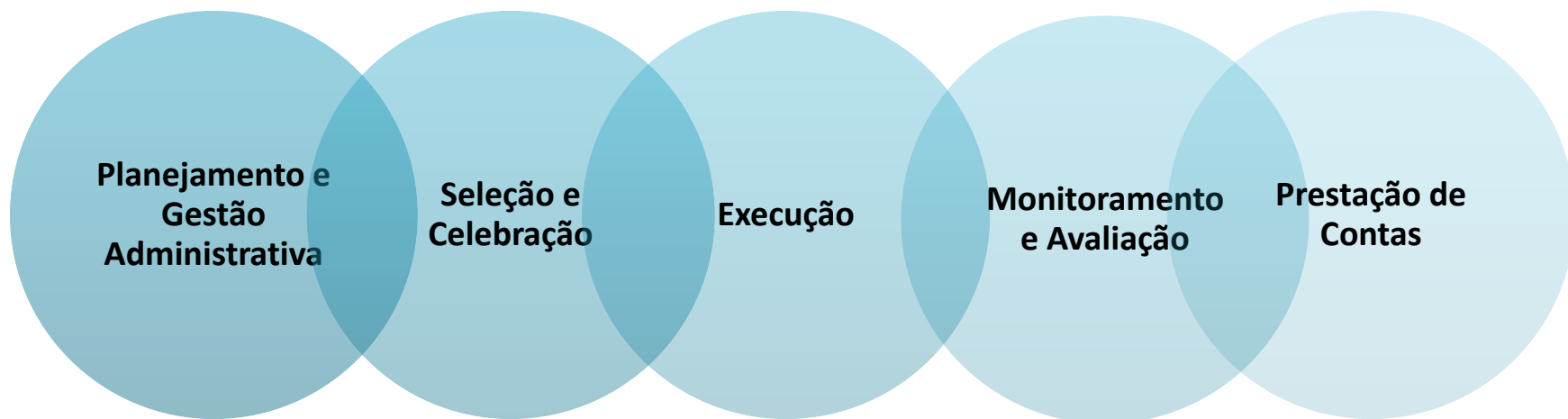
<b>União, Estados e DF</b>	<b>Municípios</b>
<b>23 de janeiro de 2016</b>	<b>01 de janeiro de 2017</b>

# Como está organizada a Lei 13.019/2014?



**lógica processual da  
Lei 13.019/14**

A parceria entre os órgãos ou entidades da administração pública e as OSCs envolve cinco fases principais:





# O que muda em geral com a Lei 13.019/2014?

➔	<b>Abrangência Nacional</b>	Administração direta e indireta da <b>União, Estados, Distrito Federal e Municípios</b> .
➔	<b>Instrumentos jurídicos próprios</b>	<b>Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação</b> - parcerias com e sem recursos financeiros
➔	<b>Novas diretrizes e princípios</b>	<b>Gestão pública democrática</b> , participação social e fortalecimento da sociedade civil, entre outros.
➔	<b>Atuação em rede</b>	<b>Agregação de projetos</b> , valorizando as redes e a integração entre OSCs.
➔	<b>Chamamento público obrigatório</b>	<b>Transparência e democratização do acesso</b> às parcerias com editais. Há exceções de dispensa e inexigibilidade.
➔	<b>Remuneração da equipe de trabalho</b>	Autorização expressa de <b>remuneração de pagamento de equipe de trabalho</b> , com encargos sociais inclusos.
➔	<b>Remuneração de custos indiretos</b>	Autorização expressa de <b>remuneração de custos indiretos</b> (despesas administrativas de consumo, estrutura e gestão)



# O que muda em geral com a Lei 13.019/2014?

➔	<b>Contrapartida facultativa</b>	Não será mais permitida a exigência de contrapartida financeira, sendo facultativa a de bens e serviços.
➔	<b>Monitoramento e Avaliação</b>	Comissões de Monitoramento e Avaliação nos órgãos, visita técnica <i>in loco</i> e pesquisas junto a beneficiários.
➔	<b>Prestação de contas simplificada</b>	Foco no controle de resultados. Regulamento deverá prever regras mais simplificadas para prestação de contas.
➔	<b>Conselho Nacional de Fomento e Colaboração</b>	Composição paritária para divulgar boas práticas, propor e apoiar políticas e ações voltadas ao fortalecimento.
➔	<b>Capacitação</b>	Formação conjunta para gestores públicos, conselheiros e representantes das organizações da sociedade civil.
➔	<b>Manifestação de Interesse Social</b>	Elaboração de propostas de chamamento público pelas próprias OSCs, movimentos sociais e interessados.
➔	<b>Comunicação Pública</b>	Divulgação em meios públicos de comunicação – campanhas e programações desenvolvidas por OSCs.

# Pontos centrais do PLV 21/2015

➔	<b>Controle de resultados</b>	Simplificação do plano de trabalho, revogação do regulamento de compras e controle de resultados.
➔	<b>Harmonia com políticas setoriais</b>	Observância das competências das políticas setoriais e de suas instâncias de pactuação e deliberação.
➔	<b>Descriminalização dos gestores e de oscs</b>	Revogações de dispositivos responsabilidade solidária dos dirigentes, do livre acesso de fornecedores e parecer técnico do gestor sobre capacidade das oscs
➔	<b>Passivo de prestação de contas</b>	Ações compensatórias, arquivamento de prestação de contas não analisadas prestadas até 31/12/2010, e prescrição sobre as sanções.
➔	<b>Prazo de entrada em vigor</b>	Jan/16 para União e Estados e a partir de 1º de janeiro de 2017 para Municípios, facultada a implementação anterior por ato administrativo.
➔	<b>Remuneração de dirigentes</b>	Mantém autorização para pagamento de equipe de trabalho, harmoniza com a legislação tributária federal, revoga o título de UPF e universaliza benefícios.

#MROSC

Conheça as alterações  
do PLV 21/2015  
aprovado pelo  
Congresso Nacional

# Mudanças do PLV 21/2015

Parcerias na Lei 13.019/14

→ Conceitos

→ Cooperativas

→ Não se aplica a Lei 13.019/14

→ Parcerias sem transferência de recursos

→ Reconhecimento das políticas setoriais

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?

Modifica os conceitos de parceria, dirigente, administrador, gestor público e dos instrumentos de parceria (art.2º), termo de fomento e de colaboração.

Inclui as sociedades cooperativas que atuam com vulnerabilidade social, cooperativas sociais de combate à pobreza e geração de trabalho e renda (art.2º).

Estende inaplicabilidade: i) ao SUS; ii) aos contratos de gestão, aos termos de parceria, Lei Cultura Viva; iii) Sistema “S” e entidades de representação federativa (art. 3º).

Designa o Acordo de Cooperação para as parcerias sem transferências de recursos, modalidade que não era abordada na redação original da Lei (art. 2º, VIIIA).

Estabelece a observância as normas específicas das políticas públicas setoriais e as suas respectivas instâncias de pactuação e deliberação no escopo normativo da Lei (art. 2-A).

# Mudanças do PLV 21/2015

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?

### Planejamento

Simplificação do plano de trabalho

Reduz os critérios do plano de trabalho exigindo apenas: a descrição da realidade, metas, receitas e despesas, formas de execução, e parâmetros de aferição dos resultados. (art. 22)

Manifestação de Interesse Social

Veda o uso da Manifestação de Interesse Social como pressuposto para a abertura de chamamento público ou a celebração de parcerias. (art. 21, §3º)

CONFOCO

Inclui a consulta aos conselhos setoriais de políticas públicas e a Adm. pública quanto à políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações da parceria. (art. 15, §3º)

# Mudanças do PLV 21/2015

## Seleção e Celebração

→ Comissão de seleção e de Monitoramento e Avaliação

→ Territorialidade

→ Emendas parlamentares

→ Dispensa de chamamento público

→ Inexigibilidade de chamamento público

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?

Determina a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública. (art. 2º)

Limita geograficamente o chamamento, nos casos de organizações sediadas ou atuantes em determinada unidade da federação por imperativos das políticas públicas. (art. 24, §2º)

Ausenta o chamamento nos casos que envolvam recursos transferidos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação. (art. 29)

Acrescenta mais duas hipóteses de dispensa i) atividades de educação, saúde e/ou assistência social, ii) ou nos casos de atingimento das metas e dos resultados há pelo menos 6 anos ininterruptamente pela mesma OSC. (art. 30)

Disciplina nos casos que seja identificada a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar de subvenção social. (art. 31)

# Mudanças do PLV 21/2015

## Seleção e Celebração



Escalonamento de existência

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?

Escalona o tempo mínimo de existência exigido para as OSCs: 01 ano - Municípios; 02 anos - Estados; e 03 anos – União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los (art. 33, V).

## Formalização e Execução



Atuação em rede

Comunicar à administração pública em até 60 (sessenta) dias a assinatura do termo de atuação em rede, e regras mais simplificadas (art. 35-A).



Parâmetros para compras e contratações

Revoga o regulamento de compras e contratações (arts. 35 e 43).



Rastreabilidade do processo

Mantém obrigação de conta corrente em banco público, com isenção da tarifa bancária, e permite pagamentos em espécie em caso de impossibilidade de pagamento bancário (art. 51, 52, 53).

# Mudanças do PLV 21/2015

## Prestação de contas

→ Prestação de contas parcial simplificada

→ Prestação de contas parcial

→ Controle de resultados

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?

Retira o corte de 600 mil, possibilitando que cada ente federado crie suas regras simplificadas de acordo com sua realidade.

Redefine a prestação de contas parcial apenas para as parcerias cujo prazo de duração seja superior a 01 (um) ano (art. 67)

Retira exigências anteriormente previstas no plano de trabalho, despesas e nas regras de prestação de contas.

## Passivo de prestação de contas

→ Prazo de Prescrição

→ Ações compensatórias

→ Arquivamento de prestação de contas

Define prazo de prescrição em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas. (art. 73)

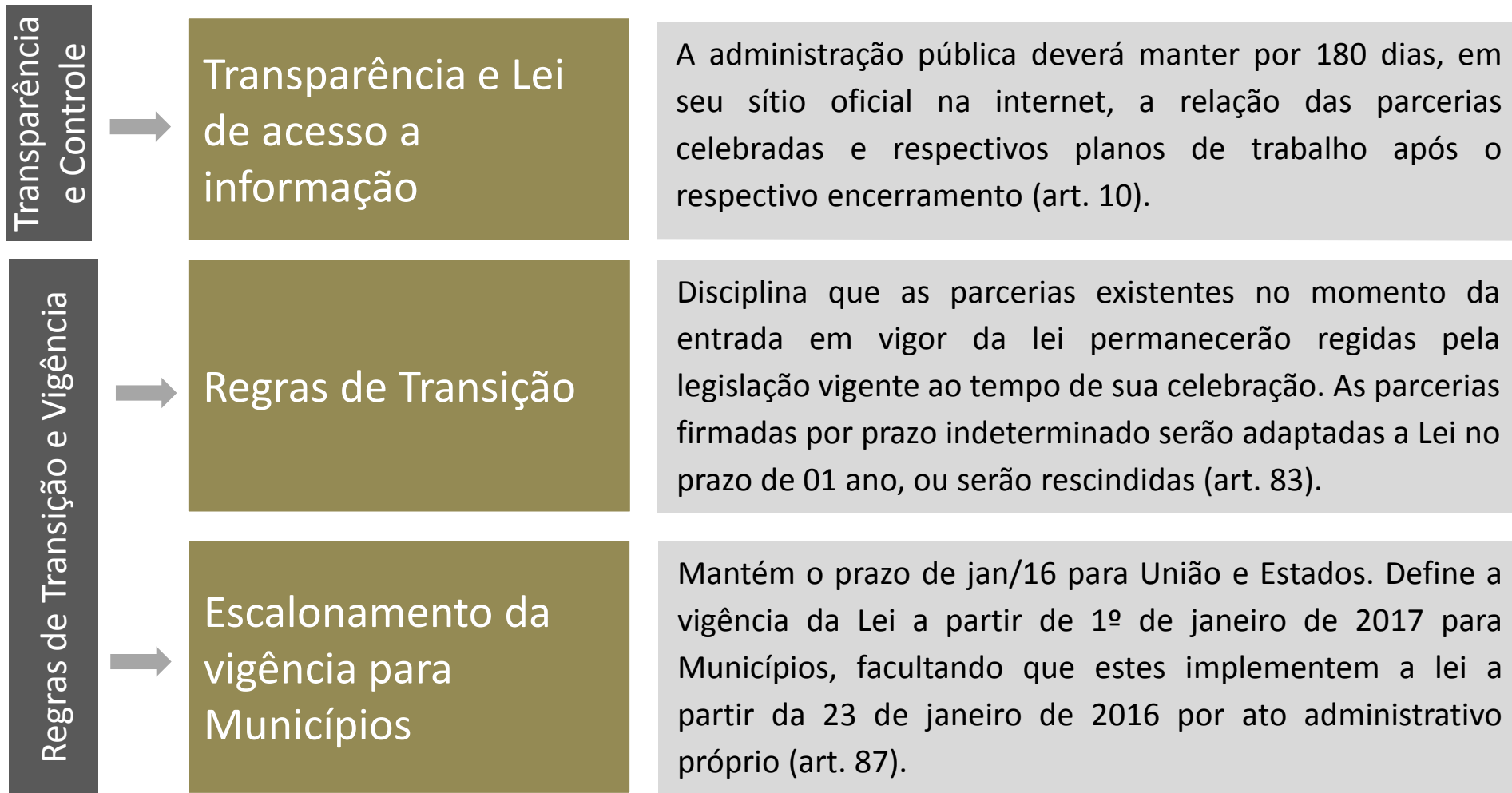
Faculta à OSC a solicitação de autorização para a Administração Pública a fim de ressarcir o erário por meio de ações compensatórias (art. 72, §2º)

Autoriza a Administração Pública com a criação de limites e condições para possibilitar o arquivamento das prestações de contas apresentadas e não analisadas até 31 de dezembro de 2010. (art. 83-A)



# Mudanças do PLV 21/2015

## O que muda com o PLV 21/2015 aprovado?



# Processo de implementação nos Estados e Distrito Federal

➔	<b>Regulamentação Colaborativa</b>	Participação social para regulamentação e implementação nos Estados. Exercício do CONFOCO.
➔	<b>Capacitação</b>	Formação de gestores, Oscs e conselheiros de políticas públicas, órgãos de controle interno e externo
➔	<b>Assistência técnica</b>	Suporte técnico aos Municípios (vigência para as Prefeituras será a partir de 01/01/2017)
➔	<b>Secretarias de Planejamento</b>	Adesão a Rede SICONV para capacitar e monitorar a execução e ampliar a captação de recursos
➔	<b>Secretarias de Administração</b>	Apoio ao novo modelo de parcerias com OSCS, seja em termos de recursos humanos, técnicos e logísticos
➔	<b>Secretarias de Fazenda</b>	Desburocratização e simplificação de processos de reconhecimento de imunidades e isenções para as OSCs
➔	<b>Defensoria Pública</b>	Defensoria Pública Estadual tem papel importante na promoção e defesa das organizações em vulnerabilidade
➔	<b>Ponto Focal</b>	Interlocução com organizações da sociedade civil, gestores por meio de ponto focal designado



## Mapa das Organizações da Sociedade Civil

**ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O **Mapa das Organizações da Sociedade Civil** é uma plataforma georreferenciada que apresenta dados relativos às organizações da sociedade civil (OSC) no Brasil, a partir de bases de dados do Governo Federal. Tem como objetivo fortalecer as relações de parceria e gerar mais conhecimentos sobre o universo das organizações da sociedade civil no Brasil, apresentando os dados da pesquisa de forma gráfica e acessível ao público em geral.



## Rede Siconv

A **#Rede SICONV** tem por objetivos capacitar e monitorar, melhorar a execução e ampliar a captação de recursos e sua execução e resultados. Atua na governança e fortalecimento das parcerias da União com Estados, DF, Municípios e OSCs. No Estados que já aderiram há um Coordenador das ações voltado para a interlocução com as OSCs e o conteúdo MROSC faz parte das formações para os multiplicadores da rede.

# Parcerias MROSC



O Proext foi criado pelo Ministério da Educação em 2003 para apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, com ênfase na inclusão social, que contribuam para a implementação de políticas públicas. Há **linha temática sobre *Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude***, que traz o *fomento e a colaboração* com OSCs como possibilidade para apresentação de projetos e programas pelas universidades.



## CURSO

"Gestão de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: Nova Lei de Fomento e Colaboração"



[secretariageral.gov.br](http://secretariageral.gov.br)

A Escola Nacional de Administração Pública desenvolveu em parceria com a Secretaria de Governo da Presidência da República e a Controladoria Geral da União, o curso "**Gestão de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: nova lei de fomento e de colaboração**", de aperfeiçoamento e formação para servidores públicos e representantes de OSCs. As duas turmas pilotos de 2015 tiveram 40 e 30 horas, respectivamente.

# Publicação Institucional



A publicação ***Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: a construção da agenda no governo federal – 2011 a 2014*** trata do processo de construção da agenda voltada para o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado. Entre as conquistas, destaca-se a edição da Lei de Fomento e de Colaboração (Lei 13.019/2014). Ao longo dos capítulos, são abordados o universo das organizações da sociedade civil no Brasil; os desafios para a sustentabilidade das OSCs; e as principais pesquisas publicadas no último ciclo.

# Links de interesse

**Comunidade OSC no Participa.br**

[www.participa.br/osc](http://www.participa.br/osc)

**Publicação Institucional MROSC**

[http://www.participa.br/articles/public/0014/9447/MROSC\\_2015.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0014/9447/MROSC_2015.pdf)

**Seção do MROSC no site da Secretaria de Governo da Presidência da República**

<http://www.sg.gov.br/atuacao/mrosc>

**Mapa das OSCs**

[www.mapaosc.ipea.gov.br](http://www.mapaosc.ipea.gov.br)

**Página no Facebook**

<https://www.facebook.com/mroscs>

**Vídeo sobre o MROSC**

<https://www.youtube.com/watch?v=DqTZShCHmxY>

**Cerimônia de sanção presidencial da Lei 13.019/2014**

<https://www.youtube.com/watch?v=sSeiCZfL06g&list=UUjaWLFTNqLkq3ZY2BJ4NYRg>

**Curso “Gestão de parcerias com organizações da sociedade civil: nova Lei de Fomento e de Colaboração”**

[http://www.participa.br/articles/public/0014/5429/29.09.15\\_Apresenta\\_o\\_Curso\\_SG\\_Enap\\_para\\_Participa.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0014/5429/29.09.15_Apresenta_o_Curso_SG_Enap_para_Participa.pdf)

**Rede Siconv**

<https://portal.convenios.gov.br/pagina-inicial>

[marcoregulatorioosc@presidencia.gov.br](mailto:marcoregulatorioosc@presidencia.gov.br)